

Relendo “os Dois Brasis”, de Jacques Lambert: o desenvolvimento econômico e sua apologia

Jacques Lambert’s “Os Dois Brasis” revisited: an apologia for economic development

Releyendo “Os Dois Brasis”, de Jacques Lambert: el desarrollo económico y su apología

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão* e Danilo Ferraz de Oliveira Ogama**

RESUMO

O artigo procura ser uma apreciação crítica de Os Dois Brasis, de Jacques Lambert, texto célebre publicado na abertura do governo JK, indicando como ele funcionou como uma apologética do desenvolvimento econômico. Nos ásperos tempos que hoje vivemos, o trabalho de Jacques Lambert pode ser visto como um rol de descaminhos de uma nação que não pôde e talvez nunca possa cumprir o sonho de uma sociedade marcada pelo dinamismo econômico, progressiva superação de seu passivo colonial e solidariedade assentada sobre os nexos de uma cultura comum.

Palavras-chave: Pensamento social. Desenvolvimento econômico. História do Brasil.

ABSTRACT

This essay aims to be a critical appraisal of Jacques Lambert’s classic work, “Os Dois Brasis”, published early in president Juscelino Kubitschek’s office, by eliciting the apologia for the economic development it conveys. In the harsh times we live, the work of Lambert can be read as a list of poor decisions made by a nation that has never been – and perhaps will never be – able to fulfill the dream of being a dynamic economy that would progressively settle its colonial liabilities, with the natural solidarity that is intrinsic to its culture.

Keywords: Social thinking. Economic development. History of Brazil.

RESUMEN

Este artículo busca realizar una apreciación crítica de “Os dois Brasis”, de Jacques Lambert, texto célebre publicado en el inicio del gobierno de Juscelino Kubitschek, indicando como llegó a funcionar como una apología del desarrollo económico. En los ásperos tiempos que vivimos, el trabajo de Jacques Lambert puede ser visto como un rol de descaminos de una nación que no puede y quizás nunca podrá cumplir el sueño de una sociedad marcada por el dinamismo económico, por la paulatina superación de su pasivo colonial y por una solidaridad basada en los nexos de una cultura común.

Palabras clave: Pensamiento social. Desarrollo económico. Historia de Brasil.

* Economista, Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. Atualmente é professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: igorzaleao@yahoo.com.br

** Economista, Mestrando em Sociedade e Tecnologia pela Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: danilo.ogama@gmail.com

Artigo recebido em jun./2017 e aceito para publicação em out./2017.

Os Dois Brasis, de Jacques Lambert, é singular como testemunho intelectual, uma vez que nele colaboraram intelectuais de primeiro plano, como Anísio Teixeira, Roberto Moreira, Darcy Ribeiro, Aparecida Joli Gouveia, Jaime Abreu, Alceu Amoroso Lima, L. A. Costa Pinto e José Honório Rodrigues. Estes intelectuais não foram coautores do livro, mas participaram de sua feitura com sua *expertise* e convívio.

Jacques Lambert estudou Direito mas interessou-se logo pelas Ciências Sociais, conhecendo o Brasil em 1939 quando integrou a missão de professores franceses que veio inaugurar a Faculdade Nacional de Filosofia. Seu livro mais conhecido, *Os Dois Brasis*, foi originalmente publicado em 1957, com dados estatísticos de 1940 e 1950. O livro foi publicado antes na França, com o título *Structures Sociales et Institutions Politiques*, e pouco depois no Brasil.

Os Dois Brasis se constituiu num renovado ponto de partida para o estudo do desenvolvimento do País, sendo saudado, mesmo na abertura de sua segunda edição que utilizamos, pelo seu otimismo e entusiasmo ao qual a História teria dado razão, como se percebe na “Nota à Segunda Edição” feita pelos editores. Lembremos-nos de passagem que 1967 assinala o início do assim chamado “milagre brasileiro”, e o regime militar parecia justificado como adequado e mesmo imprescindível marco nos antigos sonhos, partilhados não só pelo regime, de um Brasil como novo membro das grandes potências do mundo.

Este estudo singular e totalizante é feito em uma época também crucial na nossa história, pois Jacques Lambert escreve no intervalo entre a morte de Getúlio Vargas, que desde 1930 abriu caminhos e perspectivas para a industrialização brasileira e a construção de uma agenda social, e o início do governo de Juscelino Kubitschek, quando o Estado é uma arena política decisiva na articulação do desenho e dos interesses em jogo e se abre e conclui a primeira força da industrialização pesada, a construção de Brasília, e a prosperidade nunca pareceu tão acessível em compassos de um sonho de valsa.

Na nossa difícil atualidade, o trabalho de Jacques Lambert pode ser visto como um rol de descaminhos de uma nação que não pôde e talvez nunca possa cumprir o sonho de uma sociedade marcada pelo dinamismo econômico, progressiva superação de seu passivo colonial e solidariedade assentada sobre os nexos de uma cultura comum. O livro é, assim, uma história do que deveria ter acontecido e mesmo uma crônica de erros. Também nesse sentido conserva importância e atualidade, pois é difícil a uma época compreender outra e as dificuldades de compreendermos nossa própria época podem ser minoradas com a visão abrangente e solícita, tão generosa mesmo, contida em *Os Dois Brasis*.

Jacques Lambert arranca da visão, tão cara ao pensamento social brasileiro e, mais amplamente, ao pensamento social latino-americano, de uma dualidade estrutural na sociedade brasileira em seus aspectos materiais, sociais e políticos, ou, melhor dizendo, como uma sociedade desigualmente desenvolvida, na qual convivem diversos tempos de sua formação na colônia e sua dinâmica histórica, dualismo que, desde logo, é imprescindível superar para a consecução de um Brasil moderno, industrializado,

socialmente justo e com uma efetiva democracia que articula o Estado nacional aos cidadãos sem a problemática mediação do poder local do senhor de terras e do coronelismo. É neste movimento que se pode compreender a herança varguista bem como os pontos principais de uma agenda desenvolvimentista. O livro é, em sentido lato, uma apologia ao desenvolvimento necessário. Esta apologia prefere, à ideia de subdesenvolvimento, a ideia de desenvolvimento desigual. Leiamos:

Para se avaliar a verdadeira natureza da economia brasileira, como, aliás, para se avaliar todo o seu progresso social, é preciso ter-se em mente a noção de sociedade dualista e a existência de dois Brasis. Deturparam-se completamente as perspectivas quando se pretende julgar o Brasil como se julgaria um país europeu, cujo desenvolvimento se processou durante milênios. Há, sem dúvida, uma nacionalidade brasileira, a que se apegam imensamente todos os brasileiros, tanto assim que o imenso império português da América não está ameaçado por qualquer separatismo nacionalista; os dois Brasis são igualmente brasileiros, conquanto diferentes, e sobretudo do ponto de vista econômico, deve-se ter sempre presente a noção de uma América portuguesa que compreende uma metrópole com suas colônias. As colônias são povoadas pelos mesmos brasileiros que a metrópole, sem, entretanto, terem atingido o mesmo grau de maturidade econômica. Tudo se altera quando se deixa de incluir, no mesmo julgamento, a metrópole e suas colônias (LAMBERT, 1967, p.189).

O autor não está, nessa passagem, supondo um colonialismo pelo Brasil moderno sobre o arcaico, mas reivindicando a especificidade histórica de nosso desenvolvimento, desigual e combinado, marcada pela unidade (nacional) e contradição (o Brasil arcaico precisa ceder diante do Brasil moderno, para proceder seu desenvolvimento ou “evolução”). Contudo, este desenvolvimento desigual e combinado pode ser encontrado a partir da Revolução Industrial e das revoluções burguesas nascidas na Europa desde o final do século XVIII, na periferia do sistema mundial que elas propõem, mas marcadas por suas particularidades históricas ou como uma primeira instância explicando sua atual morfologia. A superação dessa contradição no Brasil exige seu desenvolvimento, assim concebido:

Os problemas criados pelo desenvolvimento econômico do Brasil não são, pois, o da industrialização e da adoção de novas técnicas e de modos de vida por uma sociedade que pode não se adaptar a eles; são os problemas da generalização das técnicas e dos modos de vida adotados com entusiasmo e competência por uma parte do país. Não se trata, como em outros países desenvolvidos, de uma revolução industrial; trata-se da difusão, em toda a América portuguesa, de uma revolução econômica e cultural que há muito se processa no Sul, onde tem obtido grande êxito (LAMBERT, 1967, p.192).

Nesse sentido se articulam o desenvolvimento econômico, a questão regional centrada no atraso do Nordeste e as desigualdades sociais, bem como o papel, desempenhado em vários níveis, de uma nascente e ativa classe média:

Outrora, quando era ainda geralmente subdesenvolvido, o Brasil estava dividido entre uma pequena aristocracia muito rica e muito culta e um povo uniformemente pobre e ignorante. A democratização que se inicia na sociedade brasileira diminui um pouco as diferenças entre os extremos, mas é sobretudo o desenvolvimento econômico que, provocando o nascimento de uma classe média no Brasil, atenua o contraste entre aristocracia e plebe que caracteriza as sociedades agrícolas simples. Dever-se-ia evitar que o desenvolvimento econômico, continuando a concentrar-se em uma parte do país, estabelecesse contraste entre populações cada vez mais ricas no sul e cada vez mais pobres no resto do país, principalmente no nordeste. Já existem, no Brasil, estados pobres e estados aristocratas; essa estrutura aristocrática também existe na sociedade internacional, onde já começa a ser pouco tolerada. As reivindicações sociais manifestam-se em duas frentes: entre ricos e pobres no interior do estado, entre países ricos e países pobres nas relações internacionais; o proletariado externo é tão atuante quanto o interno.

Receia-se, com razão, uma repartição dos progressos econômicos pelo mundo, que parece não permitir aos países subdesenvolvidos diminuir a distância que os separa dos países anglo-saxônicos e da Europa Ocidental. Mesmo não se falando da profunda injustiça que torna dificilmente suportável tal desequilíbrio no interior do Brasil, esse desequilíbrio não poderia prolongar-se, nem sobretudo acentuar-se, sem expor o país a sério perigo. A unificação dos dois Brasis constitui o grande problema econômico e social contemporâneo e os brasileiros, em geral, têm plena consciência disso. A unificação, naturalmente, não se poderá efetuar a não ser pela generalização a todo o país dos modos e níveis de vida que prevalecem no Sul; trata-se menos de aumentar as vantagens de que gozam os habitantes do Brasil desenvolvido, que de integrar nesse Brasil, a fim de que lhe desfrutem tais vantagens, os milhões de habitantes do Brasil arcaico (LAMBERT, 1967, p.193).

É preciso notar que o arcaísmo de que fala o autor concentra-se diferencialmente no Nordeste e em menor medida em Minas Gerais, mas está difuso por todo o País. Mesmo São Paulo possui traços dele, presentes, por exemplo, na desigualdade social e na não generalização de direitos sociais ligados à condição do portador de carteira de trabalho. Mas a concentração industrial nesse Estado e o ethos de uma modernidade capitalista tornam tais traços muito menos visíveis aí, razão principal para a preocupação do autor com uma continuidade da industrialização, porém privilegiando a desconcentração da indústria na direção da atrasada e menos evoluída periferia brasileira da qual o Nordeste é visto corretamente, aliás, como o maior símbolo.

O *aggiornamento* do País no sentido das grandes nações que experimentavam a prosperidade do pós-guerra e construíam seus estados de bem-estar depende, portanto, antes de tudo, da continuidade da industrialização:

Considerado em seu conjunto, o Brasil é ainda um país agrícola e subdesenvolvido: para cada homem empregado na indústria, há cinco trabalhando na agricultura, enquanto na República Argentina o número dos que trabalham na indústria é quase igual ao dos agricultores. É preciso, portanto, que o Brasil se industrialize, pois hoje em dia nenhuma economia próspera pode depender, de modo primacial, da agricultura e nem é possível manter permanentemente nível de vida elevado sem indústria nacional plenamente desenvolvida (LAMBERT, 1967, p.180).

O autor lista uma série de facilidades possuídas pela indústria aqui localizada em sua expansão, com a grande oferta de recursos naturais e o mercado potencial constituído por sua grande população, mas, sobretudo, pelo empresariado nacional:

Os empreendedores brasileiros não são muito numerosos, mas não hesitam em empreender; os seus capitais ainda não estão à altura das necessidades do país, mas já existem, e os empreendedores não se recusam a aplicá-lo. Conquanto a indústria brasileira esteja ainda localizada em pequena parte do território, ali está, entretanto, solidamente estabelecida e o desenvolvimento industrial do país já se iniciou em alta escala, no sul (LAMBERT, 1967, p.182).

O autor passa a considerar aspectos variados relativos à expansão industrial, e dedica outros momentos do livro às necessidades da economia brasileira, colocadas como problemas que requerem a ação estatal, no estilo dos planos de desenvolvimento realizados até então no País, como o Plano SALTE, realçando a agricultura como fornecedora de matérias-primas a alimentos, os transportes e a energia. Nada do que diz era novo ou desconhecido, inclusive porque a técnica do planejamento havia se desenvolvido rapidamente no País e a Comissão Cepal – BNDE, sob liderança de Celso Furtado, havia concluído em meados dos anos cinquenta um sofisticado diagnóstico e propostas de ação pública que estarão subjacentes ao Plano de Metas, ainda que significativamente com a marca de Roberto de Oliveira Campos. Jacques Lambert deve conhecer bem tudo isso, mas como o livro foi publicado inicialmente na Europa, ele oferece, pelo menos a um leitor europeu, o suficiente para que conheça alguns dos dilemas então colocados ao nosso desenvolvimento.

Além da indústria, na agricultura brasileira, marcada como regra pela baixa produtividade de populações isoladas a muito pobres, a agricultura cafeeira possui um papel de introduzir no campo um espírito contraposto ao do interior rural preso ao Brasil arcaico:

A grande fazenda de monocultura cafeeira, ao lado de graves defeitos, tem indiscutivelmente um papel social útil: facilita a mobilização das populações do Brasil arcaico. Não só aumenta uma mobilidade necessária, como atenua os efeitos de desagregação social dessa mobilidade; graças aos serviços sociais, que só a grande propriedade próspera pode organizar no interior, graças ainda à concentração da mão de obra, torna menos difícil a passagem de um Brasil para o outro. Em virtude dos lucros rápidos, que a produção de café proporciona nos períodos de conjuntura favorável, a cultura do

café, que oferece o inconveniente de suscitar o desejo de especulação, tem em compensação a vantagem de atrair para a agricultura empreendedores audaciosos; só ela pode manter na população o espírito pioneiro, que leva à exploração de novas regiões. O Brasil moderno, progressista, tende a ser exclusivamente urbano e industrial e há grande perigo de que o Brasil rural se imobilize cada vez mais; é pela cultura do café e, atualmente, um pouco, pela do trigo e algumas raras culturas de legumes ou frutas, que o país novo penetra no mundo rural (LAMBERT, 1967, p.143).

Neste contexto, o autor percebe o trabalhador típico das grandes fazendas sem dinamismo econômico e com estrutura social quase imóvel, centrada no poder social e político do grande proprietário rural, o caboclo miserável sem ambição e iniciativa, dada a estrutura do mundo em que vive, marcado por suas raízes semicoloniais, bem como por deficiências marcantes na sua educação e no acesso a capitais. Esta vida rural no Brasil arcaico precisa ser superada, dados os seus quase imóveis laços de sociabilidade e o poder político que a mantém neste estado:

Se o caboclo miserável constitui a massa dessa sociedade arcaica do velho Brasil, também o dono de mil ou dois mil hectares, imobilizado na fazenda ancestral, cujas terras esgotadas deixam muito pouco excedente depois de haver satisfeito as necessidades de uma população numerosa, muitas vezes faz parte dessa sociedade imóvel, que tanto um como o outro amam e não pensam em mudar. O proprietário é o chefe, mas, em comparação com as classes superiores da indústria ou da agricultura produtiva do país novo, é tão pobre e atrasado quanto o são seus caboclos em comparação com os operários de São Paulo ou os colonos alemães do Rio Grande do Sul; a diferença é que é muito mais fácil aos seus filhos passar para o outro Brasil. As pequenas comunidades rurais – que vivem praticamente de uma economia fechada, separadas do mundo pela pobreza e pela ignorância – são fortalecidas por estreita solidariedade econômica e, nas relações pessoais de patronato e clientela, encontram também grande solidariedade política. A comunidade, na pessoa de seu chefe, interpõe a sua autoridade entre o estado e os indivíduos. O Brasil arcaico, em contraste com os países ocidentais, ou o Brasil novo, não é constituído por indivíduos e sim por comunidades (LAMBERT, 1967, p.120).

Frente a esse quadro, outro emerge nas regiões de economia agrícola tocadas pelo dinamismo capitalista:

Nas regiões prósperas do estado de São Paulo, nas zonas de colonização organizada do sul, nas vizinhanças das grandes cidades em geral, vê-se surgir uma classe de agricultores independentes, donos de pequenas propriedades familiares, que não estão absolutamente envolvidos nas relações de patronato. Acima de um proletariado rural, que não encontra mais quadros sólidos, forma-se uma classe média rural. Já não é mais no mundo hierarquizado da fazenda, mas nos quadros econômicos do mercado e nos quadros políticos do município, do estado e da Federação, que se organiza a sociedade. Essas

zonas agrícolas progressistas mantêm estreito contato com a cidade e nelas há possibilidades de circulação de ideias e de homens, como nas sociedades do Atlântico Norte. Quando a grande propriedade subsiste, já não é mais da mesma natureza; organizada agora para a produção e não mais para a proteção, cria relações econômicas e não pessoais; deixando de fornecer quadros sociais à população rural, não oferece muita resistência às mudanças. A grande fazenda de café de São Paulo parece, ao contrário, constituir um meio eficaz de transformação; com a sua enorme necessidade de mão de obra, recruta agora imigrantes no Brasil arcaico, como o fazia outrora na Itália, facilita a sua introdução na sociedade tão diferente do país novo e constitui a transição entre o paternalismo do interior e o individualismo da cidade (LAMBERT, 1967, p.121).

Temos, assim, uma transição em curso centrada no empresariado capitalista rural e agrícola, notadamente o paulista, as novas classes médias no campo e na cidade, colonos italianos e alemães no Sul com sua sociedade rural de pequenos e médios lavradores independentes, rompendo as velhas estruturas herdadas de um passado colonial, bem como um novo operário industrial educado politicamente nos moldes da legislação trabalhista e no sindicalismo tutelado pelo Estado. Estas classes e camadas sociais vão invadindo o espaço geográfico e histórico do velho Brasil nucleado essencialmente no Nordeste, mas este movimento é amparado pelo planejamento estatal e pelo intervencionismo desenvolvimentista nascido no interior da crise econômica e nas lutas políticas dos anos trinta e em seus antecedentes, e que culminaram na dominação populista e no varguismo pondo progressivamente em xeque o antigo coronelismo dos chefes políticos da República Velha. Getúlio Vargas surge como figura do estadista central nessa transição, com seu desejo de modernização e industrialização do País que inclui grande tato político, o recurso às armas para conter a insubmissão paulista na guerra civil aberta em 1932, alianças implícitas com quadros políticos e com ideologias como o comunismo e o fascismo, entre outras características deste notável político brasileiro.

Neste momento do artigo é preciso destacar melhor a questão da cultura nacional. O autor defende a ideia de que o Brasil possui uma cultura e uma nacionalidade comuns a todos, como fundamento de sua tese de que a homogeneização do País e a superação de seu dualismo devem e podem se dar através do desenvolvimento econômico, isto é, através da passagem para uma sociedade capitalista madura na qual o Estado nacional se relacione com os indivíduos sem a mediação do poder local ligado às zonas do atraso e do arcaísmo.

A existência do preconceito racial poderia se constituir em um impeditivo dessa cultura comum, questão em que o autor se detém por bom tempo. Seus argumentos, que não retomaremos aqui, conduzem a uma conclusão:

Há no Brasil uma hierarquia de cores e a cor muito escura constitui um obstáculo à ascensão social; entretanto, não se tem consciência dele senão quando se quer sair de seu meio e, além do mais, não é um obstáculo

insuperável; ocorre com a cor o mesmo que se dá em toda parte com uma linguagem incorreta ou a falta de boas maneiras. Da mesma forma por que se vence o *handicap* da educação, pode-se vencer o da cor. É difícil que um negro venha a ser um alto funcionário; precisará de muito mais talento e trabalho do que se fosse de cor clara; encontrará resistência, mas tão sutis que não as precisará atribuir à sua cor, além do que não serão irredutíveis. Enquanto o negro dos E.U.A. esbarrou durante longos anos com discriminações legais, o do Brasil chocou-se às discriminações sutis do esnobismo. O que caracteriza os problemas levantados pelo contato de negros e brancos nos E.U.A. é que, devido à noção de raça, eles foram ali colocados no plano de princípios, ao passo que no Brasil foram colocados no plano dos fatos, devido à noção de cor (LAMBERT, 1967, p.93).

É claro que o autor observa nosso paralelismo cromático e social, e não fecha a questão racial inteiramente, razão pela qual adverte os etnógrafos e os jovens sociólogos a não problematizarem tal questão de um modo que dê lugar a reivindicações sociais que perturbem o País. Para ele, “[...] quando se mostra a essa população de cor, evoluída, que as reformas sociais podem trazer certo alívio aos seus problemas, está-se convidando-a a identificar-se com a sociedade brasileira dominante e não a separar-se dela” (LAMBERT, 1967, p.100). O autor julga possível, além disso, afirmar um caráter “europeizante” da população brasileira, a progressiva miscigenação e branqueamento como tendências dominantes nesta área.

Por outro lado, a existência de uma única nacionalidade, a qual, ao lado de uma cultura comum, é um argumento importante na defesa de que a modernização do País demanda um esforço econômico mais que político ou social, não passa por cima de movimentos de tendências separatistas no passado ou da farsa dos Estados na história do País independente, mas o período varguista buscou uma unificação política do País que não prescindiu do Estado Novo:

O estado, como centro da vida política, conserva ainda real importância, mas o centro dessa vida política se desloca cada vez mais para a cidade do Rio de Janeiro, sede do Governo Federal. Até 1930, a política local de São Paulo, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul tinha mais importância do que a política federal; não só as instituições federais davam grande liberdade aos estados para organizar suas próprias instituições, como a autoridade reconhecida pela Constituição ao Governo Federal era muito mal assegurada. Cada estado possuía sua própria força militar, que, às vezes, como no caso do Rio Grande do Sul, era temida pela Federação. Do ponto de vista político, uma das principais consequências da revolução de 1930 e do poder arbitrário que, apoiado no Exército, o Presidente Vargas exerceu de 1937 a 1945, foi a eliminação das forças militares locais e a afirmação incontestável da supremacia federal. Esse período assinala, na evolução das relações entre a Federação e os estados, as mesmas transformações assinaladas pelo período da Guerra de Secessão nos EUA (LAMBERT, 1967, p.230).

A unidade política do Brasil foi, portanto, obtida em um contexto de disputa política e militar, que resultou em um federalismo marcado pela presença dominante do poder central ou da União. O autor compara, aí, o federalismo brasileiro assumido pela Constituição de 1946 ao federalismo da Rússia soviética e dos EUA:

A esse respeito, portanto, o federalismo brasileiro, em 1946, assemelha-se muito mais ao da Rússia soviética que ao dos E.U.A. As normas da instrução pública, da legislação social, do fisco, e mesmo das instituições políticas ou judiciárias locais, são estabelecidas pelo Governo Federal. Essa distribuição dos poderes, segundo a sua dimensão, tem a vantagem de ser muito mais maleável do que a norte-americana, segundo sua natureza, pois permite, sem reforma constitucional, adaptar as instituições políticas às transformações do país. O Brasil, por conseguinte, desconhece os problemas criados nos E.U.A. pela ausência de qualquer competência federal em matéria de legislação social, por exemplo. Mas, essa divisão dos poderes segundo a sua dimensão priva os estados de qualquer garantia e permite a completa centralização das instituições políticas. Entre o estabelecimento dos princípios gerais da legislação pela Federação, e sua aplicação pelos Estados, não há delimitação possível; e o que resta da competência dos estados é unicamente o que o próprio Governo Federal não decidiu regulamentar (LAMBERT, 1967, p.235).

Portanto, no federalismo brasileiro os Estados conservam muito poucos poderes próprios, como ainda o Governo Federal pode exercer o direito de “intervenção” substituindo o governador eleito pela população do Estado (JACQUES LAMBERT, 1967, p.235). Todavia, a busca da centralização política e as especificidades do federalismo brasileiro ainda não resultaram em uma população articulada por nexos sociais e econômicos no Brasil em larga medida dominado pela antiga fazenda, coração do arcaísmo nacional:

A população brasileira, em sua maioria, continua a ser uma população rural que, em grande parte, pertence ao país subdesenvolvido. De fato, em uma grande extensão do país essa população rural é constituída por indivíduos isolados, organizados em pequenas comunidades muito homogêneas, que não participam diretamente nem da vida econômica nem da vida política nacional. Excetuando-se algumas centenas de milhares de cultivadores independentes que, em São Paulo ou no extremo sul do país, pertencem, como os moradores das grandes cidades, ao país novo, os demais brasileiros – mais da metade – povoam o país pouco desenvolvido (LAMBERT, 1967, p.110).

Pouco adiante no livro o autor precisa o papel da fazenda relativo aos laços sociais que o desenvolvimento necessita transformar:

Mas, se a fazenda é o fator primordial da imobilização da sociedade rural e contribui para lhe conservar o caráter arcaico, é menos devido ao monopólio das terras e ao obstáculo que esse monopólio criou ao desenvolvimento da pequena propriedade familiar, do que à sua tendência a restringir os contatos sociais a um pequeno grupo primário e a favorecer o isolamento (LAMBERT, 1967, p.113).

E ainda:

A fazenda arcaica, do tempo da escravatura, que nunca se pôde adaptar ao seu desaparecimento, não é desumana, mas não deixa de ser antissocial. Constitui uma sociedade acolhedora para os simples, uma sociedade que assegura aos seus membros o mínimo necessário à subsistência e à manutenção de um rudimento de civilização, mas o assegura muito facilmente. Nessa grande propriedade, que tem terras em excesso e falta de capitais, é muito fácil repelir o progresso, evadir-se da civilização e do preceito do trabalho. Para os que se contentam com isso, ela perpetua, além de uma grande liberdade, a miséria do regime primitivo da extração. É a grande propriedade inexplorada ou mal explorada que mantém grande parte da população brasileira afastada da sociedade nacional e que faz com que o país, com tantos desocupados, tenha falta de trabalhadores (LAMBERT, 1967, p.115).

Autonomia da grande propriedade baseada em isolamento social, marginalização da população do processo de desenvolvimento, ausência de ética do trabalho, precária colaboração e mesmo impedimento à constituição de um Brasil moderno em suas várias dimensões, essas são algumas características do dualismo estrutural que é preciso superar pelo esforço conjugado dos segmentos portadores de outra ética e de outra visão de mundo, amparado pela intervenção do Estado desenvolvimentista, mesmo que este se haja valido em determinados momentos do recurso ao autoritarismo e ao apoio militar, e que a passagem do Brasil dualista ao Brasil mais homogêneo econômica e socialmente seja uma passagem turbulenta, distante da precária paz do arcaísmo nacional.

No Brasil arcaico que se vai deixando para trás, a vida política é caracterizada pelo personalismo e relações de poder centrados nos contatos pessoais, torcendo o funcionamento de uma democracia representativa na qual os indivíduos e o Estado como agência política inclusiva do conjunto da população sejam efetivos:

Na estrutura social arcaica, a vida política, como conjunto dos contatos sociais, enquadra-se no âmbito restrito de uma comunidade cujos membros estão ligados por contatos pessoais. Seja qual for a natureza das relações pessoais que se estabelecem no interior dessa sociedade – relações de dominações baseadas na propriedade ou no prestígio pessoal – não são os indivíduos que participam diretamente da vida política nacional, mas, unicamente, as comunidades locais, por intermédio dos seus representantes naturais, os Senhores, proprietários ou “chefes políticos”. [...] Realmente, no interior do Brasil, a população quase totalmente analfabeta, que passa a vida inteira em pequena comunidade local, tão isolada que a ação do governo quase não se faz sentir nela exceto na exigência de impostos ou do serviço militar, não se interessa senão esporadicamente pela política federal, ou mesmo estadual. [...] O problema da representação democrática surge unicamente com a centralização e a transferência para um plano mais alto das atividades que interessam aos indivíduos (LAMBERT, 1967, p.242-243).

Nesta passagem a um Brasil homogeneamente moderno que o autor a um tempo observa e propõe, a figura de Getúlio Vargas, a Revolução de 30 e o populismo são valorizados:

A revolução de 1930 desenrolou-se ainda, no quadro tradicional das lutas políticas do velho Brasil, como um conflito entre os grandes estados em épocas de sucessão presidencial. Mas, pela primeira vez, essa revolução, na qual o Exército teve papel preponderante, despertou real entusiasmo, nas classes médias, certamente, e talvez também em certo setor do povo. Tendo, portanto, base popular, a revolução de 1930 elevou ao poder elementos novos, que as classes dirigentes consideravam aventureiros; estes, às vezes, utilizaram o poder em benefício próprio, porém, para conseguir apoio popular, tiveram que instituir uma legislação trabalhista que só encontrava aplicação nas cidades, mas que nelas foi relativamente eficaz (LAMBERT, 1967, p.260).

Nesse sentido, o populismo é valorizado como ponte entre o passado colonial ainda com presença marcante no Brasil arcaico e o Brasil em construção voltado para o futuro:

O traço principal do getulismo é uma tentativa de democracia social que não ficou no papel. De maneira geral, o regime foi marcado por uma vontade de reerguer, pelo menos em princípio, a situação social do caboclo ignorante, do mestiço e do negro. Política de reforma social, que deixa subsistir extrema miséria e extrema desigualdade, mas que, no estado social do Brasil, dava origem a uma nova era, porque deixava entrever a uma população passiva a possibilidade de reivindicações cuja legitimidade confirmava. A população não se iludiu e, enquanto o povo do Brasil, principalmente o das cidades, tinha pelo Presidente verdadeira veneração, sua ditadura só foi combatida, aliás, apenas verbalmente, pelas elites (LAMBERT, 1967, p.262).

O governo JK, em cuja abertura Jacques Lambert escreve seu livro, tem, portanto, um patrimônio apreciável construído pelo populismo para a tarefa de continuar no Brasil a sua modernização econômica/política/social, no sentido de uma democracia representativa efetiva dotada de um pequeno estado de bem-estar, e de superar suas marcas de indesejável arcaísmo ainda subsistentes.

A partir dessa apresentação detalhada de *Os Dois Brasís*, é preciso colocar em relevo ao menos um pequeno número de comentários que o insiram mais explicitamente no pensamento social brasileiro relativo ao desenvolvimento, especialmente entre 1930 e 1964.

O primeiro deles se refere ao caráter axiológico e normativo do texto. Todo ele explicita uma valorização do desenvolvimento capitalista no Brasil ou a necessidade de um aprofundamento centrado sobretudo na industrialização, na generalização de um ethos mercantil distinto desde já do “patriarcalismo” e do patrimonialismo do período colonial e neocolonial, cujo término pode-se datar na Revolução de 1930 mas com significados remanescentes nas regiões do Brasil arcaico, como o autor as exprime, mas que permeia toda a sociedade nacional como uma sociedade de múltiplos e simultâneos

tempos culturais e econômicos sobrepostos e articulados, com o baixo teor de vida material de grande parte da população, sua marginalização e seu caráter de população supérflua, ou as deficiências técnicas e produtivas de uma sociedade subdesenvolvida. O autor possui uma ideologia voltada para o elogio do desenvolvimento superando este quadro e não faz uma ciência social neutra senão toma partido diante da construção de um país moderno, uma democracia liberal com tintas sociais próxima daquelas que pode observar na Europa. É a partir de seus valores pessoais que Jacques Lambert escreve, dialogando com as correntes do desenvolvimentismo brasileiro.

Assumir desde já determinados valores como cientista social não pode ser visto a rigor como deficiência ou problema em seu livro. Diante deste fato pode-se observar realisticamente com Celso Furtado, o maior pensador do nosso desenvolvimento:

Hoje predomina a busca de uma consciência tranquila, mas sem o abandono da posição “contra o Sistema”, ao mesmo tempo que se luta para fazer carreira dentro deste. Por cima de tudo, está a pobreza das ciências sociais. Tentei aprofundar o debate: por que a ortodoxia metodológica em ciências sociais, se o próprio conceito de ciência dificilmente se aplica a essas disciplinas: como imaginar nesse campo uma teoria compreensiva que não seja essencialmente uma “doutrina”? Por que não explicitar os próprios valores embutidos em uma teoria compreensiva para, em seguida, derivar desse enfoque geral temas especiais cujo alcance operativo possa ser comprovado? (FURTADO, 1997, p.266).

Ora, Jacques Lambert não hesita em elaborar uma tal teoria compreensiva que possa ser chamada de doutrina. É possível distinguir nele um viés politicamente liberal e economicamente antiliberal, como nos autores de corte neokeynesiano dominantes no cenário de ideias do pós-guerra nos Estados Unidos e Europa. Nas correntes ideológicas do desenvolvimento brasileiro, ele talvez possa ser caracterizado como próximo aos desenvolvimentistas do setor privado, cujo maior nome foi Roberto C. Simonsen, favoráveis em graus diversos à participação estatal e ao planejamento como suporte para a acumulação privada, tal como os denomina Ricardo Bielschowsky (ver, do autor, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (BIELSCHOWSKY, 1996, p.34).

É possível situá-lo próximo a essa corrente devido à sua ênfase no caráter empreendedor do empresariado industrial, notadamente o paulista, como um dos pilares na modernização da economia e sociedade brasileiras. Ora, Fernando Henrique Cardoso há muito mostrou a falta de fundamento dessa expectativa:

A situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesse tradicionalmente constituídos com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da

dominação política dos grupos tradicionais. Com isso, cria, quiçá, a possibilidade que mais tema: de perder as chances históricas de exercício pleno da dominação de classe (CARDOSO, 1964, p.191).

Ao mesmo tempo, pode-se observar que a industrialização pesada exige um domínio de tecnologias e uma capacidade de riscos desproporcionais ao volume de acumulação prévia do empresariado nacional, e que faz com que essa industrialização passe a depender crescentemente do Estado, uma situação pouco confortável para o setor privado, que teme a formação de um poder público com crescente grau de autonomia. Isto leva o empresariado nacional a assumir uma posição subordinada ao famoso tripé em que se baseou a passagem a uma economia industrializada no País, e a um favorecimento ao capital estrangeiro na fase de sua internacionalização, levando as chamadas empresas multinacionais a um domínio de setores industriais crescente no País – sobre esta questão pode-se ler, entre muitos autores, *O Capitalismo Tardio* (MELO, 1981).

Estas empresas internacionais, como apontou exaustivamente toda a obra de Celso Furtado, criam uma situação de dependência tecnológica e mimetismo cultural que impedirá encaminhar o problema das massas marginalizadas, criando uma situação de um subdesenvolvimento industrializado com perda crescente de autonomia dos centros de decisão nacionais. Assim, os problemas que se supunham solucionar com a industrialização são metamorfoseados mantendo-se as características da heterogeneidade e da desigualdade econômica e social no País. Furtado, citado anteriormente, sintetiza estes aspectos do subdesenvolvimento brasileiro (FURTADO, 1997, p.21).

Neste contexto, é fácil perceber que Jacques Lambert bebe em autores e personagens políticos significativos de nossa história, por exemplo, em Joaquim Nabuco – *O Abolicionismo* (NABUCO, 2000), quando descreve a insociabilidade e a pobreza existencial do interior, assim como o poder local exercido nas grandes fazendas pelo clã parental, que se transmuda em clã político, e a necessidade de sua neutralização por um governo centralizado, na trilha da vasta obra de Oliveira Vianna (VIANNA, 1952). Muitos autores menos conhecidos estão como estes subjacentes à sua visão das instituições políticas do País e à sua valorização da figura e da herança deixada por Getúlio Vargas. Em sentido contrário, não se vale da visão tão voltada para o passado, ainda que de imenso valor, presente em Gilberto Freyre e seu círculo de seguidores e admiradores (o mais importante livro de Gilberto Freyre, apesar de sua volumosa bibliografia, pode ser considerado *Casa Grande & Senzala*, seu livro de estreia em 1938).

No que se refere mais especificamente ao papel de Getúlio Vargas na criação de novos horizontes econômicos, há também um longo debate, atualizado a favor do estadista pelo marcante período de desindustrialização e ameaça aos direitos trabalhistas e sociais que o País vive – veja-se, por exemplo, Bastos e Fonseca (2002). O populismo, em que se pesem as críticas desferidas por autores como Francisco Weffort em *O populismo na política brasileira* (WEFFORT, 1989) como uma forma de cidadania concedida em detrimento da vitalidade, contida, das demandas e movimentos trabalhistas e populares, tampouco na atualidade conservadora que parece se abrir,

pode ser visto como um legado indesejado. Ao contrário, é uma forma de ideologia e prática políticas já sem espaço no Brasil.

Neste mesmo sentido, desde a década de 70 a modernização do campo, tão desejada por Jacques Lambert, repõe a vitalidade da grande propriedade e seu poder político, ao lado de outros poderes incontestes como o das grandes finanças e o da mídia. Em síntese, como observou Celso Furtado com um pessimismo crescente desde o período Collor até sua morte em 2004, é preciso na atualidade a criação de novos nexos civilizatórios para o conjunto da humanidade porque os problemas que ela vive hoje, desde a questão ambiental à violência global, a crise econômica endêmica povoada pela ascensão das grandes finanças e a urbanização precária em todo o globo, tornaram este um convulso palco de questões cujo cerne é o destino e o futuro da humanidade inclusive como espécie (FURTADO; CAMARGO; LOYOLA, 2002).

REFERÊNCIAS

- BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). **A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2002.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro (Difel), 1964.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 50.ed. São Paulo: Global, 2005.
- FURTADO, C. Os ares do mundo. In: FURTADO, C. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FURTADO, C.; CAMARGO, A.; LOYOLA, M. A. **Celso Furtado entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: VERO, 2002.
- LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- MELO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NABUCO, J. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- VIANNA, J. F. O. **Populações meridionais do Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1952.
- WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.